



ATA Nº 4164

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, com início às vinte horas, tendo por local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores desta cidade, realizou-se uma **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**, a trigésima Sessão Ordinária da Sessão Legislativa do ano de dois mil e vinte e seis. O Presidente, Vereador Leonardo André Krindges, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Plenária Ordinária. Na sequência, saudou os senhores Vereadores e Vereadoras, estendendo os cumprimentos a todos que acompanham a Sessão pelas redes sociais (Facebook e Youtube), bem como às pessoas presentes no Plenário. Desejando boas-vindas a todos. Em seguida, procedeu-se à verificação do quórum regimental, constatando-se a presença dos Vereadores Leonardo André Krindges (PSDB); Odelei Backes (Progressistas), Cassiano Dreifke da Silva (Progressistas), Gilmar Castanho (Progressistas), Gelci Salete Baudino de Moura; Marlene Soares (PL); Maico Roberto Hermes (PDT) e Agenor Finck (MDB). Registrou-se, ainda, a ausência justificada da Vereadora Marli Inês Ritterbusch (Progressistas), que apresentou atestado médico. Prosseguindo, o Presidente, Vereador Leonardo André Krindges, convidou o Vereador Odelei Backes para proceder à leitura de uma passagem do Livro Sagrado. Após, o Presidente colocou em discussão a **Ata nº 4163** da Sessão Ordinária realizada ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. Não havendo quem quisesse se manifestar, a Ata acima mencionada foi colocada em votação, tendo sido **APROVADA** por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente anunciou o início da Primeira Fase da Sessão, ou seja, do **PEQUENO EXPEDIENTE**, com duração de até 30 (trinta minutos) improrrogáveis, que corresponde à leitura das correspondências expedidas e recebidas pelo Poder Legislativo e, de imediato, o Presidente solicitou para o Segundo-Secretário, Vereador Odelei Backes, para proceder a leitura das correspondências. Foi lida a seguinte matéria, que será encaminhada às Comissões competentes para estudo e posterior votação: **EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01/2026** ao Projeto de Lei nº 042/2026 que, Altera a redação do Art. 3º do Projeto de Lei nº 042/2026 para substituição da expressão estrangeira "naming rights". Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente declarou encerrado o Pequeno Expediente e anunciou o início da Segunda Fase da Sessão, denominada **GRANDE EXPEDIENTE**, nos termos do Art. 113, do Regimento Interno da Câmara Municipal. Seguindo a ordem de inscrição, ocuparam a Tribuna os Vereadores Maico Roberto Hermes, Agenor Finck, Gilmar Castanho, Leonardo André Krindges e Odelei Backes. As Vereadoras Marlene Soares e Gelci Baudino de Moura, e o Vereador Cassiano Dreifke da Silva dispensaram o uso da Tribuna nesta Sessão Ordinária. Primeiramente, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR MAICO ROBERTO HERMES**, que falou o seguinte: O vereador Maico Roberto Hermes saudou o presidente da Casa, vereador Leonardo, os demais vereadores, o assessor jurídico, as servidoras da Casa, as filhas do vereador Odelei, o senhor Osmar Nunes, que se fazia presente, e as pessoas que acompanhavam a sessão através das redes sociais, desejando a todos uma boa noite. Então, como de praxe naquela tribuna, o vereador destacou que trazia as



reivindicações da população. Mais uma vez, trouxe pedidos de produtores de leite do município. Citou o caso de Sérgio Eitelwein, da localidade de Tesouras, que relatou já ter solicitado providências ao prefeito e ao vice-prefeito e que já estava cansado de esperar. O vereador informou que esteve no local para verificar a situação e que havia feito um vídeo, inclusive naquela manhã, por volta das sete horas e pouco, encaminhando-o ao prefeito. Disse que também havia conversado com o prefeito a respeito daquele serviço. Relatou que Sérgio Eitelwein estava com 33 vacas em lactação, produzindo na faixa de 15, 16 ou 17 mil litros de leite por mês, e que a situação do local onde estavam as vacas era lamentável. Informou que posteriormente repassaria o vídeo aos demais vereadores. Segundo ele, havia locais com aproximadamente um metro de barro e o produtor possuía saibro próximo à propriedade. Para realizar o serviço, seriam necessários um caminhão, um carregador e um rolo. O vereador afirmou que o serviço já havia sido prometido, inclusive pelo secretário e, aparentemente, também pelo prefeito, mas que nada havia sido resolvido em relação à situação. Mencionou ter lido uma matéria informando que 65% dos produtores de leite do Rio Grande do Sul haviam desistido da atividade no ano de 2025. Disse que se sabia da questão do preço e do mercado, fatores que contribuíram para que esses números fossem tão alarmantes, com 65% dos produtores tendo desistido da atividade. Entretanto, destacou que, no município, também havia muitas situações acontecendo na bacia leiteira que não deveriam estar acontecendo. Assim, novamente pediu aos vereadores, ao prefeito municipal e ao vice-prefeito, responsáveis pelo parque de máquinas, que dessem uma atenção especial aos produtores de leite do município. O vereador afirmou que também havia localidades no município que conhecia por atender esses produtores, nas quais anteriormente havia 20 produtores de leite e atualmente restava apenas um. Destacou que, no município, o número de produtores de leite já havia caído pela metade. Ressaltou que, embora se viesse à tribuna falar sobre preço, mercado e importação de leite, no município também havia falhas significativas em relação à bacia leiteira. O vereador também informou que havia estado na propriedade de Manuel Bruchez e que fazia mais de dois meses que ele aguardava uma hora de serviço de retroescavadeira para fazer uma terneira. Relatou que o produtor também havia solicitado o serviço a vários vereadores e ao prefeito, mas a situação não estava sendo resolvida. Da mesma forma, informou que havia estado na propriedade de Rafael Mattje, em São Francisco. Disse que Rafael Mattje era integrado dos Gobbi e criava porcos em sistema de terminação. Relatou que, nos próximos dias, haveria o carregamento de porcos na propriedade e que, se a prefeitura não fizesse a estrada, não haveria condições de o caminhão chegar ao local para realizar o carregamento dos animais. Segundo o vereador, o problema permanecia sem solução. Disse aos demais vereadores que, caso quisessem verificar os problemas mencionados, bastaria dirigirem-se até aquelas propriedades, onde as situações também seriam relatadas diretamente a eles. O vereador também mencionou que havia passado pela Casa um projeto de lei aumentando de R\$ 30 para R\$ 45 o Vale-Sêmen destinado aos produtores de leite. Entretanto, relatou que possuía mensagens de inseminadores do município informando que fazia 60 dias que haviam emitido as notas e ainda não haviam recebido do



município pelos Vale-Sêmen retirados dos agricultores. Disse que, caso algum vereador quisesse verificar, poderia mostrar as mensagens. Segundo ele, a justificativa apresentada era a falta de dinheiro. O vereador afirmou que, se o aumento do Vale-Sêmen era uma medida louvável, os profissionais que retiravam os Vale-Sêmen, compravam o sêmen e se deslocavam até as propriedades para realizar a inseminação também deveriam receber pelos serviços prestados. Destacou que isso não estava acontecendo. Afirmou que não se tratava de apenas uma pessoa, mas que, segundo as informações recebidas, todos os que realizavam inseminação nas propriedades do município estavam há 60 dias sem receber os valores que a prefeitura deveria pagar. Disse que até se assustava com aquela situação, mas que as pessoas que haviam lhe repassado as informações não eram pessoas que costumavam falar coisas que não fossem verdadeiras. Inclusive, afirmou que, caso algum vereador tivesse dúvida, poderia levá-los até os profissionais para que conversassem diretamente com eles. O vereador relatou que havia passado pela estrada que ligava Chapada a Tesouras, pela ligação entre Chapada e Tesouras. Disse que todos conheciam o problema dos buracos existentes naquele trecho, situação que já havia sido comentada por vários vereadores. Entretanto, destacou que gostaria de abordar novamente a questão da iluminação que havia sido prometida até a Friolack. Relatou que, dias antes, havia mencionado que, em determinados pontos, já existiam postes, mas que a situação havia melhorado, pois a companhia estava colocando postes em toda a extensão daquele trajeto. Dessa forma, segundo ele, ficaria mais fácil para o município realizar a iluminação pública. O vereador afirmou que a iluminação havia sido prometida e que, se o problema anteriormente era a falta de postes, essa questão já estava resolvida, restando apenas a parte da prefeitura. Destacou que todos os trabalhadores da Friolack, todas as famílias e todas as empresas pagavam a taxa de iluminação pública e não eram beneficiados com aquilo a que tinham direito. Relatou que, inclusive, pessoas de uma empresa haviam lhe informado que foram até a prefeitura para cobrar providências. Segundo o vereador, na prefeitura foi informado que a responsabilidade pela iluminação pública seria da Eletrocar. A empresa teria então procurado a Eletrocar, onde foi informada de que a responsabilidade seria da prefeitura. O vereador afirmou que era exatamente assim: a prefeitura era responsável por realizar a iluminação pública e que a questão não tinha relação com a Eletrocar. Explicou que a Eletrocar era a companhia responsável pelo fornecimento de energia, enquanto a iluminação pública deveria ser realizada pelo órgão municipal. Ressaltou que o serviço havia sido prometido e questionou por que a promessa não estava sendo cumprida. O vereador também mencionou os roubos que haviam ocorrido, afirmando que, até aquele momento, nem pistas haviam sido obtidas sobre os responsáveis. Citou que se tratava de roubos de grande valor, na faixa de R\$ 500 mil ou R\$ 600 mil. Disse que uma empresa que havia começado suas atividades recentemente e sofrido um prejuízo dessa proporção precisava continuar desenvolvendo suas atividades. Relatou que havia estado na Friolack alguns dias antes e que havia visto a qualidade do trabalho e aquilo que a empresa havia apresentado. Afirmou que a prefeitura também deveria fazer a sua parte em relação à qualidade de um trajeto bem feito. Disse que sabia



que a questão da recuperação da via não era de responsabilidade do município, mas que também sabia de várias promessas, inclusive algumas que haviam sido feitas diretamente a ele, e que não estavam sendo cumpridas. Manifestou o desejo de que fossem tomadas providências o quanto antes em relação à iluminação pública. O vereador também informou que sabia que Sérgio Sturmer havia cedido as vigas para a construção da ponte da Linha Modelo, mas que já havia cobrado aquela situação várias vezes. Relatou que Sérgio Sturmer havia informado que havia cedido os eucaliptos para a construção da ponte, faltando, por parte da prefeitura, a colocação das pranchas e a execução do serviço. Questionou por que aquilo não estava acontecendo e até quando as pessoas ficariam sem a ponte naquele local. Destacou que a situação já durava seis meses. Para finalizar seu pronunciamento, o vereador afirmou que várias pessoas haviam lhe cobrado a respeito do desfile do dia 7. Disse que havia levantado a questão da reforma da praça e mencionado que o prefeito havia considerado melhor não realizar a reforma. Também relatou que várias pessoas haviam lhe questionado sobre a questão do uniforme escolar, que todos os anos era entregue aos alunos durante a semana do desfile e da Semana da Pátria. Questionou se o uniforme escolar, que anteriormente era completo, passaria a ser apenas uma camiseta. O vereador Maico Roberto Hermes encerrou seu pronunciamento desejando uma boa noite e agradecendo ao senhor presidente. Ato contínuo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR AGENOR FINCK**, que falou o seguinte: Antes de iniciar o pronunciamento daquela noite, o vereador Agenor Finck cumprimentou o presidente da Casa, Leonardo André Krindges, e, em seu nome, os demais colegas vereadores presentes, bem como as pessoas que honravam a Casa com sua presença física naquela noite. Cumprimentou também os funcionários, destacando que sempre colaboravam no sentido de aperfeiçoar cada vez mais o projeto e o processo legislativo. Inicialmente, o vereador informou que se referiria a três níveis de Estado naquela noite: primeiramente ao nível municipal, depois ao nível estadual e, por último, ao nível federal. Em relação ao nível municipal, dando sequência ao que o colega Maico Roberto Hermes havia levantado anteriormente, relatou que, na semana anterior, teve a oportunidade de encontrar Mário Klein no Banco do Brasil. Segundo o vereador, Mário Klein informou que pretendia instalar uma engorda de suínos de dois mil animais em sua propriedade, em Chapada, mas não estava conseguindo obter uma resposta por parte do Executivo Municipal, principalmente em relação à terraplenagem. O vereador afirmou entender que o município estava falhando nesse sentido, principalmente por não dar uma prioridade maior aos produtores que desejavam diversificar suas atividades, produzir e gerar valor adicionado no município. Confessou que não havia perguntado especificamente a Mário Klein com quem ele havia se dirigido, pois, naquele momento, chegou sua ficha e ele foi chamado para ser atendido. Entretanto, relatou que Mário Klein havia colocado que não estava encontrando respaldo nesse sentido. Em segundo lugar, o vereador referiu-se novamente ao município, desta vez em relação à legislação. Recordou o que havia colocado na sessão anterior, mencionando que a Lei nº 95, de 1998, previa que fossem evitados estrangeirismos. Afirmou que, às vezes, determinados termos estrangeiros entravam na moda e



eram utilizados para que as pessoas se sentissem importantes, citando como exemplo a expressão "naming rights". Considerou que não havia razão para utilizar esse tipo de expressão e defendeu que fosse utilizado um português claro nesse tipo de situação, referindo-se ao nome e à marca da empresa. Outra questão que chamou a atenção do vereador foi justamente a transferência, por parte da Secretaria da Saúde, do Dia Nacional de Vacinação. Relatou que Chapada não havia realizado a vacinação na data nacional e que o dia destinado ao município havia sido transferido, aparentemente para o final de outubro, pois isso facilitaria que as pessoas obtivessem o atestado de vacinação das crianças para realizar a matrícula. O vereador afirmou que, na sua opinião, seria interessante respeitar o Dia Nacional de Vacinação, evitando alterações em relação ao calendário nacional. Retomando a questão dos produtores, afirmou que a administração deveria dar uma atenção maior justamente a todos os produtores que pretendiam diversificar suas propriedades e gerar mais recursos dentro do município, seja na produção de hortifrutigranjeiros, seja na criação de suínos, na produção de leite ou em outras atividades. Em relação ao nível nacional, o vereador afirmou que, infelizmente, aquilo que era produzido no Brasil não tinha preço definido pelos produtores, pois quem determinava os preços era o mercado. Afirmou que isso ocorria com o leite, com a cebola, com a batata, com o tomate e com diversos outros produtos. Em seguida, o vereador informou que pretendia abordar uma questão relacionada ao orçamento de campanha dos principais candidatos ao Governo do Estado no primeiro turno. Mencionou Juliana e Edgar Preto, que, segundo ele, ficavam em segundo lugar. Afirmou que, em primeiro lugar para o primeiro turno, Luciano Zucco e Silvana Covatti tinham um orçamento de R\$ 11.500.000. Juliana e Edgar teriam R\$ 10.057.000, enquanto Gabriel e Hernani teriam R\$ 6.560.000. O vereador destacou que esses valores chegavam a quase R\$ 30 milhões somente considerando as três chapas majoritárias. Afirmou que os brasileiros muitas vezes não se davam conta desses valores, pois quem pagava aquela conta era a própria população. Explicou que parte dos recursos vinha de doações de empresas e de arrecadação própria, mas que, em sua avaliação, a maior parte acabava sendo paga pela população que estava produzindo. Para o segundo turno, informou que o Tribunal Superior Eleitoral havia estabelecido, no Rio Grande do Sul, um limite de mais R\$ 5,7 milhões. Acrescentou que, como havia mencionado os três candidatos, também apresentaria o valor referente a Maranata, que seria de R\$ 1,1 milhão somente no primeiro turno. Para quem passasse ao segundo turno, seriam acrescentados mais R\$ 5,7 milhões. O vereador afirmou que os políticos eram eleitos para fazer coisas pela comunidade e para serem cobrados, e não para serem eternamente bajulados e endeusados. Manifestou a opinião de que, infelizmente, o homem público estava perdendo o caráter de seriedade, honestidade e moralidade em algumas questões. A partir disso, o vereador passou ao terceiro tema, relacionado ao que havia levantado na sessão anterior sobre problemas envolvendo falcaturas e desvios de dinheiro público, afirmando que isso acontecia não somente em um dos poderes. Ressaltou que existiam políticos excelentes, juízes com grande idoneidade ética e moral e presidentes corretos, afirmando que isso já havia ocorrido anteriormente, mas também havia, segundo ele, "maçãs podres" em todos esses poderes. Na



sequência, mencionou escândalos envolvendo o Supremo Tribunal Federal. Citou um contrato de R\$ 130 milhões relacionado à esposa de Moraes, afirmando que teria sido revisado pelo próprio Moraes. Também mencionou o que chamou de assessoramento a um termo que, segundo ele, havia surgido recentemente no Brasil e que não estaria no dicionário Aurélio: "vocalizar". Explicou que, em sua interpretação, o termo significaria atender aos interesses de Vorcaro. Afirmou que situações dessa natureza estariam presentes no Executivo e no Legislativo, mencionando Alcolumbre e dizendo que, até aquele momento, não havia tomado nenhuma providência. Em relação ao Supremo Tribunal Federal, mencionou Toffoli, afirmando que ele teria se afastado após o surgimento de problemas relacionados a denúncias envolvendo imóveis. Também afirmou que Moraes teria prestado assessoramento a Toffoli, inclusive com sugestões relacionadas à possibilidade de sair ou não sair de determinado país. O vereador relatou que, naquela semana, havia ocorrido manifestação de mais de 13 ministros e ex-ministros do Supremo, conclamando que o Tribunal estaria emperrado e "sangrando". Também criticou o presidente, referido pelo vereador como sendo "aqui da Rondinha", afirmando que estaria simplesmente empurrando a questão para frente para deixar passar uma eleição. Acrescentou que, naquele dia, por exemplo, um dos ministros havia pedido vista, mas que não existia prazo determinado para a devolução desse pedido de vista. Segundo o vereador, isso poderia fazer com que a questão fosse analisada somente depois da eleição, no ano seguinte, posteriormente ou até mesmo nunca fosse apreciada pelo conjunto do Supremo Tribunal Federal. Por fim, o vereador Agenor Finck manifestou a expectativa de que houvesse bom senso para que fossem seguidas orientações e deixasse de ser feita política partidária nesses órgãos, defendendo o combate à corrupção que, segundo ele, havia se implantado no país nos últimos anos. Ao final, agradeceu. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR GILMAR CASTANHO**, que falou o seguinte: O vereador Gilmar Castanho iniciou seu pronunciamento saudando o presidente da Casa e, em nome dele, os demais vereadores, o assessor jurídico da Casa, doutor Marlon, os funcionários, as pessoas que acompanhavam a sessão e prestigiavam a Casa com sua presença, entre elas Tarugo e a filha do vereador Backes, bem como as pessoas que acompanhavam através do Facebook e do YouTube. O vereador afirmou que havia passado o Dia da Pátria, ocasião em que deveria ser comemorada a independência do país territorialmente, mas destacou que o povo brasileiro ainda não estaria independente. Afirmou que, conforme já havia sido mencionado, os órgãos que representavam a população brasileira, como a Câmara dos Deputados e até mesmo o Executivo, eram eleitos pelo povo através do voto, sendo que a democracia estabelecia que o eleitor deveria ter liberdade de escolha para colocar seus representantes. Entretanto, declarou que, naquele momento, estava sendo observado um Supremo Tribunal Federal atropelando todas as coisas e passando por cima de todos os poderes. Segundo o vereador, aquela situação não vinha de hoje, mas já ocorria desde o período do ex-presidente, quando, em sua avaliação, houve interferência na eleição passada. Afirmou que, desde então, teriam ocorrido perseguições e ações que passavam por cima da Constituição brasileira. O vereador mencionou que o ex-presidente Jair Bolsonaro encontrava-se



preso e afirmou que tudo aquilo que ele dizia estaria vindo à tona, sustentando que ele tinha razão. Disse que Bolsonaro era chamado de louco e havia sido perseguido. Também criticou a atuação da mídia, afirmando que ela teria apoiado as decisões do ministro Alexandre de Moraes. Segundo o vereador, a mídia deveria ser transparente e democrática, divulgando somente aquilo que fosse verdadeiro, mas teria se unido, naquela época, ao STF e ao próprio governo atual. Afirmou que, com isso, teriam acabado passando por cima das leis, fazendo coisas erradas, e que o resultado estaria sendo observado atualmente. O vereador declarou que "tudo que se começa mal, se termina mal" e afirmou que era necessário agradecer a coragem do ministro André Mendonça, que, segundo ele, estaria colocando a situação a limpo. Manifestou o desejo de que o ministro André Mendonça não acabasse sendo considerado errado, mas afirmou que tudo poderia acontecer no país. Declarou que, no Brasil, quem estaria certo acabava sendo considerado errado e quem estaria errado acabava sendo considerado certo. Segundo o vereador, infelizmente, uma grande parte da população não conseguia ter discernimento sobre esses fatos e acabava votando em pessoas que não a representariam, mas que pensariam somente em si mesmas e utilizariam a máquina pública para benefício próprio. Afirmou que isso poderia resultar em corrupção e que, com isso, quem acabava pagando a conta era sempre o povo brasileiro. O vereador mencionou áreas como saúde e educação e destacou que o Brasil era um país rico, possuindo recursos minerais, solo fértil e as quatro estações do ano. Entretanto, afirmou que, infelizmente, toda essa riqueza não era utilizada para o crescimento do país, mas para beneficiar apenas uma pequena parcela da população. Na sequência, citando o que havia sido mencionado pelo vereador Agenor Finck, referiu-se a Alisson Vorcaro, afirmando que ele teria criado todo um esquema para fazer com que o sistema ficasse dependente dele e que estaria conseguindo isso. O vereador mencionou ainda uma pessoa de Erechim que, segundo ele, teria realizado uma denúncia após uma tentativa de suborno. Afirmou que essa situação teria contribuído para que viessem à tona questões relacionadas a roubalheira, armação e corrupção que, segundo sua avaliação, estariam ocorrendo no país. O vereador confessou que tinha pouca esperança, mas afirmou que não iria desanimar. Pediu também que as pessoas não desanimassem e que continuassem acreditando e utilizando o voto como instrumento de mudança. Afirmou que a maior arma do povo era o voto e pediu que as pessoas pensassem bem e votassem bem, pois, dessa forma, as mudanças poderiam ser realizadas. Em relação ao fundo eleitoral, o vereador explicou que ele teria sido criado com o objetivo de retirar dos mais ricos a possibilidade de obter vantagens sobre aqueles que não possuíam condições financeiras para competir de forma igual em uma eleição. Afirmou que, dessa maneira, o fundo partidário teria sido criado para beneficiar aquelas pessoas que não possuíam recursos. Entretanto, destacou que o Brasil também era complicado e que, muitas vezes, os candidatos que não possuíam recursos não recebiam o dinheiro destinado a eles, acabando os recursos concentrados nos candidatos que possuíam maior poder aquisitivo. O vereador também afirmou que, na distribuição dos recursos, os valores repassados de acordo com o número de deputados eram proporcionais. Explicou que o candidato Zucco receberia mais recursos porque



possuía mais deputados em sua bancada e nos partidos que estavam ligados a ele. afirmou também que Gabriel receberia menos recursos porque possuía menos coligações ou partidos ligados à sua candidatura. Sobre Juliana, declarou que ela receberia um pouco mais juntamente com Gabriel, pois já existia uma conjuntura, afirmando que a esquerda estaria reunida em torno de sua candidatura. mencionou que Juliana era do PDT e que o PT era seu vice, estando ambos juntos na composição, concorrendo contra a direita. Por fim, o vereador Gilmar Castanho afirmou que, para aquela noite, seria isso que tinha a dizer e agradeceu ao senhor presidente. Em seguida, o Presidente solicitou para a Vice-Presidente, Vereadora Gelci Salete Baudino de Moura, para lhe substituir na direção dos trabalhos e lhe conceder a palavra, para poder seu pronunciamento, fazendo uso da palavra o **VEREADOR LEONARDO ANDRÉ KRINDGES** que fez o seguinte discurso: O vereador Leonardo André Krindges saudou a vice-presidente Gelci, que assumia a direção dos trabalhos, os demais colegas vereadores, o assessor jurídico Marlon, os servidores da Casa, as pessoas presentes na noite e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Informou que seria breve e que gostaria apenas de complementar o que o vereador Maico Roberto Hermes havia falado sobre a iluminação até a Friolack. Relatou que também havia sido procurado por um dos empresários, tendo em vista que a Eletrocar estava realizando a mudança da rede de energia. Explicou que toda a rede que passava pela lavoura, do lado de cima, para quem se desloca em direção a Tesouras, à esquerda, passaria a ser instalada em frente às empresas. Informou que estava com o mapa referente à questão dos postes e que também havia sido solicitado o serviço de iluminação. Relatou que já havia conversado, no final da semana anterior, com o prefeito Gelson, a fim de verificar a possibilidade de o Município organizar essa melhoria. Destacou que se tratava de uma solicitação que todos já haviam recebido e considerou importante a instalação da iluminação para as empresas e para as pessoas que trabalhavam naquele local. Manifestou a expectativa de que, com certeza, seria possível conseguir essa melhoria para as empresas localizadas até a Friolack. Na sequência, o vereador Leonardo André Krindges realizou um convite à comunidade para participar da sessão ordinária especial em homenagem ao tradicionalismo gaúcho, que seria realizada na terça-feira seguinte, às 20 horas. Informou que, durante a sessão, seriam homenageados o Centro de Tradições Gaúchas Galpão Crioulo, a Associação dos Gaiteiros e Violeiros de Chapada, o Piquete de Laçadores do Boi Preto, o Grupo de Laçadores Los Hermanos, o Grupo de Laçadores Comitiva Velho Casarão e também o laçador Estevan Weirich. Convidou toda a comunidade para prestigiar a sessão, destacando que se tratava de uma homenagem ao tradicionalismo e que a atividade fazia parte da Semana Farroupilha e da Semana do Gaúcho. Por fim, reforçou o convite para que todas as pessoas participassem e prestigiassem a sessão. Encerrando sua manifestação, agradeceu e desejou uma boa noite a todos. Reassumindo a Presidência, de imediato o Presidente concedeu a palavra para o **VEREADOR ODELEI BACKES**, que falou o seguinte: O vereador Odelei Backes saudou o presidente Leonardo André Krindges, os colegas vereadores, o assessor jurídico Marlon, as servidoras da Casa, aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais, o senhor Osmar, conhecido como seu Tarugo, e Isabele. Em especial,



parabenizou Isabele, que havia comemorado seu aniversário na última semana, destacando-a como sua assessora. O vereador iniciou sua manifestação realizando uma breve reflexão sobre o dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil. Observou que, por se tratar de um ano eleitoral, conforme já havia sido mencionado, era necessário que todos tivessem responsabilidade, tanto os políticos quanto os cidadãos e eleitores. Afirmou que já havia sido mencionado que existem bons políticos, mas também muitos políticos cujas propagandas eleitorais eram difíceis de ouvir. Comentou que, por estar atualmente mais inserido no ambiente político, passou a conhecer melhor as pessoas, os cargos e o funcionamento da política. Destacou, entretanto, que todos deveriam ter muita responsabilidade no momento do voto. Relatou que, ao conversar com as pessoas, percebia que algumas estavam desanimadas e que já havia escutado muitas afirmarem que não queriam votar. Declarou não concordar com essa postura, entendendo que cada pessoa deveria fazer a sua parte. Afirmou que seria difícil acertar na escolha, mas que era necessário pensar bem naqueles políticos que realmente desejavam trabalhar pelo povo e que não buscavam apenas estar no poder. Explicou que sua intenção naquela noite era apenas fazer essa reflexão, especialmente porque, na semana anterior, havia sido comemorado o Dia da Independência do Brasil. Na sequência, referindo-se ao assunto dos vales-sêmen, mencionado pelo colega vereador, afirmou que seria necessário ir até a Secretaria da Agricultura para esclarecer a situação. Destacou que essa também era uma das funções do vereador. Afirmou que não adiantava apenas aprovar um projeto na Câmara, votar e ficar contente com as medidas, sendo necessário também verificar e compreender se realmente era aquilo que estava acontecendo. Ressaltou que os vereadores deveriam ter muita responsabilidade ao utilizar a tribuna e ao abordar os assuntos perante a comunidade. Sobre a questão da suinocultura que havia sido mencionada, relatou que havia participado da reunião da Câmara Técnica e que já havia falado sobre o assunto em tribuna. Destacou que os números apresentados eram muito interessantes para quem desejasse iniciar um novo trabalho na área da suinocultura, seja com a criação ou com a engorda de suínos. Mencionou que o técnico Celso também havia participado da reunião, juntamente com os secretários, e afirmou que o Município precisava apenas de pessoas que tivessem interesse em trabalhar com essa atividade, pois isso seria muito importante e interessante para o desenvolvimento municipal. Ressaltou, entretanto, que seria necessário contar com o auxílio do Município. Afirmou novamente que também era função dos vereadores verificar o que estava realmente acontecendo, destacando que a prática e a teoria deveriam caminhar juntas. Em relação aos uniformes escolares, relatou que tinha filhos na escola e que acompanhava a realidade das instituições de ensino. Comentou que, normalmente, participava de alguns encontros nos colégios e que, como motorista, também estava presente nas escolas, podendo observar a situação. Afirmou que havia muitos casacos e uniformes disponíveis nas escolas e, por isso, entendia que poderia haver, em algumas situações, desperdício de recursos públicos com a compra de mais casacos, considerando que já existiam vários disponíveis nas instituições. Ressaltou que, em sua percepção, a falta de uniforme escolar não seria o problema existente. Por fim, o vereador Odelei Backes afirmou que



sua manifestação naquela noite seria essa, agradeceu e encerrou sua participação. Na sequência, após os pronunciamentos, o Presidente concedeu a palavra, no **espaço destinado à Liderança de Bancada**, aos Vereadores Gilmar Castanho, Maico Roberto Hermes e Agenor Finck. Posteriormente, o Presidente fez uso da palavra. O **Vereador Gilmar Castanho** abordou sobre a questão da diversificação da agricultura, afirmou considerar a iniciativa importante, mas destacou que o investimento necessário seria bastante elevado. Questionou quanto custaria atualmente a construção de uma estrutura para dois mil suínos, estimando que o valor ultrapassaria um milhão de reais. Segundo seu entendimento, somente uma pessoa que possuísse aproximadamente 25 hectares ou mais teria condições de conseguir um financiamento desse porte junto ao banco. Relatou que já vinha tratando desse assunto há muitos anos e que havia participado de diversas reuniões sobre a suinocultura. Comentou que, no primeiro ano do mandato do prefeito Gelson, havia participado de uma reunião para a qual foram convidados diversos produtores. Relatou que, quando o banco apresentou os valores e explicou quanto seria possível financiar, nenhum dos produtores aderiu ao financiamento ou ingressou na atividade. Relatou ainda que, em conversas com pessoas que residiam em outros municípios e também com o gerente de um banco do Município, cujo nome não considerou necessário mencionar, havia discutido a respeito da burocracia existente atualmente para conseguir um financiamento. Segundo o vereador, o gerente havia explicado que, em outros locais, as empresas estavam oferecendo garantias tanto para o produtor quanto para o próprio banco. Explicou que a empresa entraria como garantidora durante determinado período, garantindo o recebimento da produção e assumindo a responsabilidade pelo débito caso houvesse algum problema relacionado à produção. Diante disso, afirmou entender que essa seria uma possibilidade que deveria ser discutida com as empresas locais do setor de suínos, frangos e outras atividades, buscando verificar a possibilidade de essas empresas trazerem esse modelo para o Município. Mencionou que em municípios como Lajeado e Estrela, entre outros locais que trabalham com esse ramo, as empresas acabam auxiliando e oferecendo garantias para que o produtor consiga obter o financiamento junto ao banco. Afirmou que, nos moldes atuais estabelecidos pelo governo, com as exigências e garantias solicitadas, dificilmente um pequeno produtor conseguiria obter esse tipo de financiamento. Destacou que não seria adequado buscar uma grande ajuda para um grande produtor, defendendo que deveria ser dada maior oportunidade aos pequenos produtores, especialmente àqueles que possuem dois, três ou cinco hectares de terra e que poderiam encontrar na atividade uma oportunidade de obter uma renda extra. Por outro lado, afirmou que, no caso de produtores que já estariam colhendo três ou quatro mil sacos de soja, não via razão para que o Município realizasse um grande esforço para que essas pessoas ingressassem na atividade de suinocultura. Ressaltou que, caso esses produtores tivessem interesse e condições, poderiam buscar essa possibilidade por conta própria. Reforçou que seria necessário conversar, debater e buscar o apoio das empresas para facilitar o acesso ao financiamento para os pequenos produtores que possuem mão de obra disponível. Destacou que, em seu entendimento, quem possui a mão de obra necessária para desenvolver



esse tipo de atividade é justamente o pequeno produtor. Por fim, afirmou que o objetivo dos vereadores deveria ser pensar principalmente no pequeno produtor e proporcionar oportunidades para esse segmento. Declarou acreditar que o vereador Odelei Backes também concordava com essa visão, de oferecer oportunidades aos pequenos produtores. Reforçou que, caso isso não fosse feito, o pequeno produtor dificilmente teria acesso a esse tipo de financiamento, especialmente em razão da grande burocracia existente atualmente nos bancos. Ao final, agradeceu ao presidente. O **Vereador Maico Roberto Hermes** afirmou que ficava pensando de onde surgiam ideias de que o uniforme escolar não seria importante. Dirigindo-se ao vereador Odelei Backes, destacou que considerava o uniforme escolar importantíssimo, especialmente para manter a igualdade e evitar discriminação. Questionou há quantos anos os alunos vinham recebendo uniforme completo e destacou que, atualmente, seria apenas uma camiseta. Afirmou que já havia passado tempo suficiente e que não deveriam ser apresentadas mais desculpas em relação à questão. Sobre os vales-sêmen, afirmou ao vereador Odelei Backes que poderia ser marcada uma reunião com Alcino, colocando-se à disposição para participar e acompanhá-lo na reunião. Na sequência, declarou que nem gostaria de entrar no assunto relacionado às ruas para a realização do desfile. Questionou a justificativa de que o desfile não teria sido realizado em razão das obras na praça e perguntou por que não teria sido realizado o trajeto até o ginásio, ou do ginásio até a Escola Júlia Biliart, pela rua Érico Veríssimo. Afirmou que não deveriam ser apresentadas mais desculpas e classificou a situação como vergonhosa. Em relação à terraplenagem, destacou que o serviço deveria ser disponibilizado para todos, tanto para os grandes quanto para os pequenos produtores e para aqueles que desejassem produzir no Município. Referindo-se ao vereador Gilmar Castanho, afirmou que este frequentemente mencionava a administração passada, mas destacou que, na propriedade do vereador, havia uma situação que poderia ser verificada. Afirmou que iria até o local juntamente com o vereador Gilmar, que tinha conhecimento da situação, e relatou que havia sido realizada uma terraplenagem pela administração passada para que fosse construído um chiqueiro, mas que o chiqueirão não chegou a ser construído. O vereador Maico Roberto Hermes afirmou que todos conheciam a situação em que se encontrava o Município, bem como a situação do Parque de Máquinas e a situação financeira da Prefeitura. Por fim, afirmou que não deveriam ser apresentadas mais desculpas, pois, segundo ele, a população não era cega e estava acompanhando e percebendo o que estava acontecendo no Município. Encerrando sua manifestação, declarou que seria isso e agradeceu ao presidente. O **Vereador Agenor Finck** explicou que havia pedido a palavra exatamente para complementar a questão dos investimentos, principalmente no que se referia à valorização do apoio do Município nas propriedades. Afirmou entender que não se tratava de uma questão de classificar os produtores como mini, pequenos ou grandes. Nesse sentido, citou o exemplo de Nova Boa Vista, onde estaria sendo construída uma estrutura, destacando que a média de hectares por propriedade no município seria de 12 hectares. Confessou não saber qual seria a média de hectares no Novo Barreiro, mas afirmou que naquele



município também estariam sendo construídas estruturas. Dessa forma, ressaltou que não se trataria da questão que havia sido levantada anteriormente. Por outro lado, destacou que existiam outros aspectos de ordem legal. Explicou que, para a criação de dois mil suínos, não seria suficiente dispor de dois ou três hectares, pois seria necessário, inclusive, destinar adequadamente os dejetos produzidos pelos animais. Comentou que, anos atrás, esses resíduos eram chamados de “merda”, posteriormente passaram a ser chamados de esterco, depois de dejetos e que, atualmente, até mesmo energia e biogás eram produzidos a partir do esterco de porco. Ressaltou, portanto, que seria necessária uma destinação adequada para esses resíduos. Mencionou que, inclusive, o Estado de Santa Catarina encontrava dificuldades em algumas regiões quanto a essa questão. Sobre o financiamento e as empresas que haviam procurado os produtores, questionou que, se essas empresas estavam oferecendo garantias no Novo Barreiro e em Nova Boa Vista, não haveria razão para que não pudessem oferecer as mesmas condições em Chapada. Afirmou que o Poder Legislativo deveria se empenhar para que o Poder Executivo realmente abraçasse essas questões. Declarou não saber quais seriam as dificuldades existentes, mas afirmou enxergar espaço e considerar esse tipo de obra como um investimento de médio e longo prazo. Relatou ainda que, segundo informação apresentada pelo próprio Klein, teria dúvidas quanto à afirmação de que cada suíno geraria um valor adicionado de R\$ 18,00 para o Município. Considerando três lotes e 0,7 por ano, com dois mil suínos, afirmou que seria possível verificar o quanto de valor adicionado poderia ser gerado. Por fim, reforçou que, em seu entendimento, tratava-se de um investimento de médio e longo prazo. O **Presidente Vereador Leonardo André Krindges** afirmou que, novamente, estava sendo levantada a questão de que o Município não estaria oferecendo ajuda aos produtores, mas destacou que a Câmara havia aprovado 20 horas de auxílio. Explicou que, para ter acesso ao benefício, bastaria o produtor apresentar o projeto e a licença exigida pelo Município. Ressaltou que eram conhecidas várias pessoas que já haviam recebido esse benefício e, por isso, considerou incorreto afirmar que o Município não iria ajudar os produtores. Afirmou que, caso alguém apresentasse essa situação, seria possível que a pessoa não tivesse procurado a Secretaria da Agricultura, não possuísse a licença necessária ou não tivesse o projeto. Defendeu que o Município, em nenhum momento, estaria se omitindo nessa questão. Na sequência, relatou que, naquela semana, havia estado em uma grande empresa, conversando com os diretores, e que a empresa estava abrindo uma filial em outro Município. Informou que havia perguntado aos representantes da empresa qual seria o incentivo oferecido pelo Município para a instalação da filial, tendo recebido como resposta, acompanhada de uma risada, que não havia incentivo algum. Diante disso, afirmou que a situação não ocorria apenas em Chapada, destacando que, no Município, havia a previsão das 20 horas de auxílio. Ressaltou que era possível imaginar a situação de outro Município recebendo uma filial de uma empresa cuja própria direção afirmava que o incentivo municipal seria zero. Afirmou, portanto, que não seria adequado falar apenas sobre a questão dos incentivos oferecidos pelo Município. Em seguida, referiu-se às manifestações do vereador Maico Roberto Hermes sobre a situação financeira do Município, mencionando que o



vereador frequentemente afirmava que o Município estaria quebrado e solicitava os boletins de caixa. Observou, porém, que não estariam sendo apresentadas respostas e que o vereador Maico Roberto Hermes também não estaria comentando sobre essas respostas. Diante disso, afirmou que os próprios vereadores poderiam verificar essa questão. Questionou a repetição da afirmação de que o Município estaria quebrado e destacou que, ao mesmo tempo, era possível observar as máquinas trabalhando, o Parque de Máquinas funcionando e o britador em funcionamento. Considerou, assim, que estaria sendo construída uma narrativa que, em determinado momento, poderia não corresponder à realidade. Afirmou que essa questão também poderia ser verificada e abordada em uma próxima sessão. Sobre a questão dos uniformes escolares, dirigindo-se ao vereador Odelei Backes, afirmou que também tinha conhecimento de que a própria escola organizava a troca de casacos e uniformes entre os alunos. Relatou que essa prática também acontecia em sua própria casa, explicando que, quando uma peça de roupa deixava de servir para sua filha, a família a encaminhava para a escola, onde acabava sendo realizada a troca. Afirmou acreditar que os alunos tinham, sim, seus uniformes, conforme havia sido mencionado pelo vereador Odelei Backes, e que nenhum aluno estaria sem uniforme. Por fim, reconheceu que seria importante que o Município fornecesse o uniforme completo, mas afirmou acreditar que, da maneira como a questão vinha sendo conduzida, todos os alunos possuíam seus respectivos uniformes. O Presidente declarou encerrado o Grande Expediente e, na sequência, declarou aberta a Terceira Fase da Sessão, que é a **ORDEM DO DIA**, solicitando a verificação do quórum, o qual foi constatado, registrando a ausência justificada da Vereadora Marlei Inês Ritterbusch. Após, o Presidente solicitou ao Segundo-Secretário Vereador Odelei Backes para que procedesse a leitura do parecer das Comissões sobre o **PROJETO DE LEI Nº 042/2026** que “Dispõe sobre o recebimento de Patrocínio pelo Município de Chapada para a realização de eventos, programas e atividades para a realização de eventos, programas e atividades de interesse público e dá outras providências” e da Emenda Substitutiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 042/2026. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Bem Estar Social, sendo:** RELATORA: Vereador Odelei Baickes, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 042/2026, pois o mesmo é legal e constitucional e conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereador Agenor Finck, manifestou-se favorável ao voto da Relatora; PRESIDENTE: Vereador Gilmar Castanho, manifestou-se favorável ao voto da Relatora. **Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural:** RELATOR: Vereador Cassiano Dreifke da Silva, manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 042/2026, conforme parecer jurídico; REVISOR: Vereadora Marlene Soares votou de acordo com o voto do Relator e parecer jurídico; PRESIDENTE: Vereadora Gelci Baudino de Moura, votou de acordo com o voto do Relator. Após, o Presidente declarou aberta a fase de discussão do Projeto de Lei nº 042/2026, não havendo nenhum Vereador inscrito. Após, o Presidente colocou em votação o **Emenda Substitutiva nº 01/2026 ao Projeto de Lei nº 042/2026**, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Em seguida, o Presidente colocou em votação o **Projeto de Lei nº 042/2026**, tendo sido **APROVADO** por unanimidade de votos dos Vereadores presentes. Não havendo mais



matérias constante a Ordem do Dia, o Presidente encerrou esta fase e passou para a Quarta Fase, destinada as **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES**, pelo tempo máximo de cinco minutos, vedado o aparte de acordo com o § 2º do Art. 58 do Regimento Interno. Nesta fase, o Presidente desta Casa, Vereador Leonardo esclareceu **sobre a vigência e a validação do Plano Municipal de Educação**. Conforme informado pela Secretaria Municipal de Educação, o Plano Nacional de Educação teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2025, o que também repercutiu nos planos estaduais e municipais. As orientações mais recentes estabelecem que o novo Plano Municipal de Educação terá vigência de **2027 a 2037**, sendo o ano de 2026 considerado um período de transição e incluído no primeiro monitoramento do novo plano. Na audiência pública realizada em **27 de agosto**, foi apresentado o diagnóstico da educação municipal referente ao período de 2015 a 2025. A próxima etapa será a definição das metas e estratégias para a educação de Chapada para os próximos dez anos, considerando a realidade das diferentes redes, instituições e segmentos educacionais do Município. O ofício é assinado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Eni do Nascimento. Também recebemos ofício do **CTG Galpão Crioulo de Chapada**, por meio de sua patronagem, apresentando a programação dos **Festejos Farroupilhas 2026** e convidando o Poder Legislativo, seus familiares e toda a comunidade a participarem das atividades. A programação inclui: **13 de setembro**: Café de Chaleira e Almoço Campeiro; **16 de setembro**: Jantar Leitão com Ovelha; **18 de setembro**: Programa da Simpatia, ao vivo no CTG, com carreteiro e trova gaúcha; **20 de setembro**: Missa Crioula, Desfile Farroupilha e Churrasco de Encerramento. Esta Casa Legislativa agradece o convite e reafirma seu apoio à valorização da **cultura e das tradições gaúchas**. O ofício é assinado por **Jefferson Siqueira**, do CTG Galpão Crioulo de Chapada.” Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Sessão Plenária Ordinária, agradecendo a proteção de Deus. A Primeira-Secretária determinou que fosse lavrada a Ata, tendo após sido lida e aprovada por unanimidade de votos e será assinada pelo Segundo-Secretário e pelo Senhor Presidente.

Chapada/RS, Plenário Annildo Becker, em 08 de setembro de 2026.

Leonardo André Krindges
Presidente do Poder Legislativo

Odelei Backes
Segundo-Secretário do Poder Legislativo